

Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas*

Simone Bohn

Desde pelo menos a década de 1960, tem havido uma intensificação na produção de estudos comparativos em ciência política (e também em sociologia e antropologia), sobretudo na literatura anglo-saxã. De fato, um número bastante significativo de trabalhos contemporâneos de grande qualidade emprega a análise comparada.¹ Além disso, alguns fenômenos sociais – tais como o estabelecimento de regimes autoritários, transições em direção à democracia, implementação de políticas de liberalização da economia – também ajudaram a fomentar estudos comparativos.

Apesar do uso recorrente da análise comparada, poucos são os pontos consensuais no que se refere à metodologia de pesquisa e às diferentes soluções para as suas principais debilidades. Pelo contrário, há um debate profícuo em torno de propostas de metodologias distintas. O objetivo deste artigo é mapear os principais pontos desse debate; descrever a especificidade da análise comparada, suas principais vertentes, procedimentos metodológicos, vantagens e insuficiências.

Política Comparada: um Mapeamento de Definições

Embora o método experimental seja percebido como uma das mais profícuas estraté-

gias de pesquisa para a produção de estudos científicos, há, no seio das ciências sociais, uma concordância geral de que sua aplicação nesse campo do conhecimento é inapropriada. Isso porque a metodologia experimental usualmente se baseia na premissa de que, na busca da causa dos fenômenos, é possível isolar dois conjuntos de eventos – um exposto a um determinado estímulo (grupo experimental) e outro não (grupo de controle) –, observar suas similaridades e, em seguida, aceitar ou rejeitar o papel do estímulo na produção dos fenômenos estudados (Van Evera, 1997, p. 51).² A imensa complexidade dos fenômenos *sociais* (Weber, 1991 e 1993) torna irrealista essa premissa do método experimental, uma vez que (1) há um sem-número de variáveis envolvidas na ocorrência de um fenômeno social específico e (2) que a realidade social não é manipulável, ou seja, nem sempre é possível simular as características próprias a um experimento.³ Há outras metodologias de pesquisa, no entanto, que tentam se aproximar da lógica básica do método experimental, dentre as quais, o método comparativo.

De acordo com Lijphart (1971), a análise comparativa não se reduz a uma técnica de pesquisa.⁴ Pelo contrário, trata-se de um conjunto de metodologias ou estratégias de pesquisa que se utiliza do estudo de contex-

* A análise bibliográfica que deu suporte a este artigo contou com o apoio financeiro de uma bolsa de Pós-Doutorado da Fapesp.

tos societários diferentes (em uma ou várias de suas dimensões: política, econômica, social, cultural, valorativa) para validar ou rejeitar hipóteses.⁵ Apesar de essa definição minimalista ser consensual, há divergências na definição do que sejam *contextos societários diferentes*.

Alguns autores aceitam a idéia de que estudos longitudinais de um mesmo país possam ser categorizados como análises comparativas (*Idem*). Para outros, análises comparativas têm que necessariamente envolver o exame de pelo menos dois países (Armer, 1973; Collier, 1993; Verba, 1973). Há outros ainda, como Ragin (1987), que consideram também trabalhos comparativos os estudos que contrastam uma situação concreta (por exemplo, a ocorrência de uma revolução camponesa em determinado país num período histórico específico) com modelos abstratos (teorias sobre revoluções camponesas).

Existem controvérsias também no que se refere à unidade de análise. Segundo Apter (1973), estudos comparativos podem trabalhar tanto com macro como com microunidades. Ou seja, as unidades comparadas não precisam necessariamente ser sociedades nacionais ou países, podem ser desde “civilizações, sistemas mundiais, sistemas culturais, [até] instituições, grupos, organizações, comunidades” (Skocpol, 1984b, p. 388). Para Ragin, o que distingue a ciência social comparada é “seu uso de atributos das unidades macrossociais nas explicações” (1987, p. 5): isto é, o fato de o contexto societário em que o fenômeno se desenvolve ser importante na explicação da ocorrência do mesmo. De acordo com esse último autor, quando um estudioso afirma, por exemplo, que existe uma forte associação entre “classe social” e “preferência partidária” na Grã-Bretanha porque a sociedade britânica é industrial, esse pesquisador está realizando uma pesquisa compa-

rativa, uma vez que está se utilizando de uma unidade macrossocial (uma sociedade concreta, a Grã-Bretanha) para a explicação de um fenômeno social (a relação entre estrutura social e escolha partidária). Segundo Ragin, o mesmo trabalho perderia o *status* de análise comparada se concluísse que a forte associação entre “classe social” e “preferência partidária” na Grã-Bretanha se deve ao fato de os cidadãos votarem com seus bolsos (isto é, com base na avaliação sobre o desempenho econômico de administrações passadas) ou ao fato de “as relações de produção moldarem a consciência política” (*Idem*, p. 5). Nesses dois últimos casos, o padrão explicativo prescinde da referência a unidades macrossociais concretas.

Essas considerações de Ragin servem para ilustrar um outro ponto contencioso. Na verdade, esse é o tópico em torno do qual boa parte do debate se organiza. Trata-se dos objetivos finais da análise.

Para Przeworski e Teune (1970), a análise comparada, como todos os campos das ciências sociais, não só pode como deve ter como objetivo primordial a elaboração do que eles consideram proposições “nomotéticas”, ou seja, teorias que, apesar de terem sido construídas com base em casos concretos, possuem validade que não se limita a um único contexto societário historicamente definido. Desse modo, de acordo com os argumentos desses dois autores, no exemplo acima tecido por Ragin, além de testar a associação entre “classe social” e “preferência partidária” na Grã-Bretanha, o pesquisador deveria estender o estudo e comparar sociedades industriais e não-industriais com o objetivo de analisar a proposição teórica genérica de que “em *sociedades industriais*, há uma forte associação entre estrutura social e escolha partidária”. Em outros termos, segundo Przeworski e Teune (1970), o objetivo dos estudos ci-

entíficos, também nas ciências sociais, é buscar padrões explicativos que ao mesmo tempo incorporem (na coleta de dados) e transcendam (na análise) o contexto no qual o fenômeno explicado ocorre.

Perspectiva antagônica transpõe em Skocpol (1984a), Collier (1993), Goldstone (1997), Rueschemeyer e Stephens (1997), Munck (1998), McKeown (1999), Tilly (2001), para quem o traço distintivo dos estudos comparados consiste em sua capacidade de capturar cadeias causais de macroprocessos sociais em contextos societários diferentes, sem negligenciar o papel desempenhado pelas especificidades históricas de cada caso. Pelo contrário, a principal vantagem do comparativista, de acordo com essa segunda perspectiva, consiste, não em sua capacidade de tecer explicações potencialmente a-históricas, mas em seu profundo conhecimento dos casos examinados, o que lhe permite isolar cadeias causais e, ao mesmo tempo, reconstituir, em detalhes, eventos e circunstâncias que, apesar de serem historicamente delimitadas (em termos de espaço e tempo), contribuíram decisivamente para a ocorrência do fenômeno social examinado. Ou seja, trata-se de um desenho de pesquisa que, embora não ignore, não concede primazia à meta de elaboração de proposições teóricas genéricas.

De acordo com Skocpol (1984a), a segunda perspectiva surgiu em resposta às insuficiências do estruturalismo a-histórico, cujo trabalho mais representativo é Parsons (1951). LaPalombara (1968), apesar de criticar profundamente o chamado funcionalismo estrutural, aponta para as contribuições deste para as abordagens (e as estratégias de pesquisas) que o sucederam.⁶ Para Ragin e Zaret (1983), por sua vez, as duas metodologias descritas são legatárias das tradições de pesquisa popularizadas, respectivamente, por Durkheim (1978a, 1978b, 1982, 1989) e Weber (1981).⁷ Skocpol (1984b), no en-

tanto, rejeita que a segunda perspectiva – extremamente eclética do ponto de vista teórico – seja derivada *apenas* das contribuições weberianas.

O objetivo da próxima seção é descrever brevemente as diferenças na estrutura de desenho de pesquisa de ambas as tradições.

Análise Comparada Quantitativa e Qualitativa

De acordo com Heckser (1963), Lijphart (1971), Goldthorpe (1997a, 1997b) e sobretudo King, Keohane e Verba (1994), a lógica da inferência causal em análises científicas nas ciências sociais deve obedecer aos mesmos princípios, independentemente da tradição de pesquisa. Alguns autores – como Goldstone (1997), Rueschemeyer e Stephens (1997), Munck (1998), McKeown (1999) – advogam em torno da especificidade de alguns problemas enfrentados por pesquisas comparadas *qualitativas*.

Análises científicas nas ciências sociais, segundo King, Keohane e Verba (1994), devem obedecer a uma série de princípios que regulam fases distintas da pesquisa.⁸ No que se refere à escolha do problema de pesquisa, o objeto a ser estudado tem que se basear numa questão socialmente relevante que dialogue com e contribua para o aperfeiçoamento de um segmento específico da literatura. Modelos ou esquemas teóricos, que sustentam as hipóteses examinadas, precisam ser falsificáveis (passíveis de serem testados e, *sobretudo*, invalidados⁹) (Kalleberg, 1966), internamente coerentes (não pode haver subhipóteses e proposições que contradigam umas as outras) e eficientes (baseados no menor número possível de variáveis explicativas¹⁰). Além disso, as teorias devem prover soluções para dois problemas potenciais que afetam a pesquisa científica. O primeiro de-

les é a questão da “endogeneidade”: a possibilidade de que a variável explicativa seja consequência e não causa da variável dependente.¹¹ Um segundo problema refere-se ao viés da variável omitida: à possibilidade de que o modelo teórico exclua variáveis importantes para a explicação do fenômeno analisado.¹²

No que tange à escolha da amostra, ainda de acordo com King, Keohane e Verba (1994), o pesquisador deve atentar principalmente para os problemas de multicolinearidade e de viés de seleção. A multicolinearidade ocorre quando uma variável explicativa está perfeitamente correlacionada com outra variável independente também incluída no modelo (ou seja, quando as variações em uma são perfeitamente explicáveis pelas variações da outra).¹³ Esse problema torna o modelo indeterminado, na medida em que é impossível distinguir o efeito das variáveis explicativas.

No que se refere à escolha dos casos, o procedimento ideal, caso seja viável, é a seleção aleatória da amostra. O pesquisador deve evitar a escolha deliberada de casos que necessariamente validarão a hipótese (Lieberson, 1985; Geddes, 1990). De acordo com King, Keohane e Verba (1994), o critério fundamental para se evitar o problema do viés de seleção é basear a escolha dos casos na(s) variável(is) explicativa(s). É vital que haja variação nessas últimas. Se o modelo teórico estabelece, por exemplo, que “a industrialização provoca a melhora dos níveis educacionais em uma sociedade”, o analista tem que incluir, em seu estudo, tanto países industrializados (ou altamente industrializados) como nações não-industrializadas (ou preponderantemente agrárias). Igualmente importante é variação na variável dependente, ou seja, no caso de um pesquisador que se interessa, por exemplo, pelo fenômeno da abstenção eleitoral, é fundamental que ele selecione tanto votantes que não compareceram às urnas, como os eleitores que efetivamente votaram.

Se um analista está interessado nas circunstâncias que levam à ocorrência do evento ‘X’, deve também observar as circunstâncias em que ‘X’ normalmente não está presente.

Já durante o processo de coleta de dados, o pesquisador, segundo King, Keohane e Verba (1994), deve levar em consideração o problema de validade tanto das medidas empregadas como dos conceitos utilizados (Armer, 1973; Adcock e Collier, 2001). Por exemplo, uma pesquisa que objetive comparar, em nações diferentes, a participação política utilizando-se dos níveis de comparecimento eleitoral muito provavelmente padecerá do problema de falta de validade das medidas empregadas, uma vez que o voto pode ser uma indicação do nível de participação política em algumas sociedades, mas não necessariamente em países nos quais a participação no processo eleitoral é compulsória. Ou seja, o voto pode mensurar fenômenos distintos em sociedades diferentes. O mesmo aplica-se aos conceitos utilizados nas pesquisas – eles podem assumir diferentes significados nos diversos contextos societários comparados. Além do cuidado para evitar esses dois problemas, a coleta de dados deve envolver mecanismos que, em primeiro lugar, possam ser reproduzidos por outros pesquisadores e que, caso efetivamente sejam reproduzidos por outros analistas, levem à compilação de dados idênticos.

Por fim, no decorrer da análise dos dados, o pesquisador deve explicitamente mencionar os problemas de seleção e a magnitude de eventuais erros de mensuração envolvidos na pesquisa. Deve, ainda, revisitar o modelo teórico, tecer considerações inequívocas a respeito do confronto entre teoria e evidência e evitar testar teorias com os mesmos dados com os quais elas foram construídas.

Muitos analistas comparativos concordam que boa parte desses princípios é aplicável a qualquer tradição de pesquisa. É ine-

gável, no entanto, dizem eles, que haja diferenças fundamentais em pesquisas comparativas quantitativas e qualitativas.¹⁴ Essas diferenças não se resumem somente ao fato de as pesquisas comparadas qualitativas usualmente se basearem em amostras de tamanho pequeno, enquanto as quantitativas trabalham com amostras grandes.

Pesquisas quantitativas normalmente realizam uma *seleção aleatória* da amostra e se utilizam de técnicas estatísticas para verificar a existência de associações entre as variáveis. Se um analista está interessado em entender, por exemplo, o apoio popular ao sistema democrático em países de transição democrática recente, deve construir uma amostra de tamanho grande (com centenas ou alguns milhares de indivíduos em cada país) e examinar o efeito de possíveis variáveis explicativas (tais como, à título de ilustração, gênero, idade, renda etc.) sobre a variável dependente. As proposições geradas por esse tipo de tradição de pesquisa tendem a ser *intrinsecamente probabilísticas* (Goldthorpe, 1997a). Se, no exemplo, acima, uma regressão apontar que “quanto maior a renda, maior a probabilidade de um cidadão apoiar o regime democrático”, o analista não está concluindo que renda elevada *causa* apoio à democracia, mas apenas que renda e atitude de apoio ao regime democrático estão positivamente associadas (ou que as variações na renda explicam boa parte das variações no apoio à democracia).

Já em pesquisas comparativas qualitativas, *nem sempre a seleção de casos é aleatória*. Pelo contrário, usualmente os dados são selecionados com base na variável dependente: caso o pesquisador se interesse pelas condições que levam à irrupção de revoluções anticapitalistas (comunistas ou socialistas) após a Segunda Guerra Mundial, então, um número seletivo de países figurará entre os casos selecionados. Como afirma Collier (1993),

muitas vezes a amostra pequena é decorrência direta da natureza dos fenômenos políticos investigados (revoluções, por exemplo, não são eventos que acontecem em um grande número de casos). As proposições resultantes da análise dos casos selecionados normalmente são *determinísticas*, isto é, claramente apontam causas para os fenômenos examinados. São usualmente variantes do seguinte fraseado: “se o(s) fator(es) A ($A = a+b+c$ ou $A = a+b$, não c) está(ão) presente(s), então o evento Y ocorrerá” (Lieberson, 1991). Como afirma Van Evera, “[d]e maneira geral, os métodos baseados em amostras grandes nos dizem mais *se* as hipóteses são válidas do que *porque* são válidas. Os estudos de casos revelam mais *porque* são válidas” (1997, p. 55; grifos meus): Pesquisas comparativas qualitativas, além disso, produzem considerações de natureza combinatória: buscam conjuntos de elementos que, *combinados*, contribuíram para produzir determinado fenômeno social (Ragin e Zaret, 1983; Goldstone, 1997).

Para King, Keohane e Verba (1994) e também para Lijphart (1971) e Przeworski e Teune (1970), pesquisas comparativas inteiramente qualitativas devem ser levadas a cabo quando seja impossível agregar uma amostra de tamanho grande a respeito da variável dependente. Ou seja, formam, para esses autores, uma espécie de “segunda melhor” estratégia.

De acordo com os autores acima e principalmente Goldthorpe (1997a, 1997b), pesquisas comparadas qualitativas sofrem de sérios problemas metodológicos. Em primeiro lugar, figura a questão do tamanho pequeno da amostra. Essa característica, segundo eles, origina dois tipos diferentes de deficiências: uma é estatística e a outra, substantiva. Por um lado, a amostra reduzida diminui significativamente os graus de liberdade do modelo explicativo e o torna pouco

robusto, uma vez que há poucos casos e muitas variáveis independentes (Lijphart, 1971). Além disso, erros de mensuração ou invalidez de conceitos – problemas listados anteriormente – são muito mais devastadores nesses estudos do que em análises baseadas em amostras grandes (Lieberson, 1991). Por outro lado, amostras de tamanho reduzido limitam, de maneira severa, o potencial explicativo da investigação científica, uma vez que o pequeno número de casos impossibilita o teste e o exame de explicações teóricas rivais (Lijphart, 1971; Collier, 1993; Goldthorpe, 1997a).

Os defensores da superioridade da pesquisa comparada quantitativa propõem diferentes soluções para o problema criado por amostras de tamanho pequeno. Para Goldthorpe, trata-se menos de um problema de método do que uma questão de “simplesmente aumentar o número de informações que nós temos à nossa disposição para análise” (1997a, p. 8). Além dessa estratégia, Lijphart aponta para dois caminhos adicionais. O primeiro consiste na diminuição do número de variáveis independentes, seja pela combinação de duas ou mais variáveis, seja pela redução do “número de categorias nas quais uma variável esteja dividida (por exemplo, por intermédio da simplificação de um conjunto de categorias numa dicotomia)” (1971, p. 687). A segunda alternativa busca aumentar a comparabilidade da amostra, mediante a escolha de casos que possuam características semelhantes no que se refere às variáveis marginais à análise, mas que, ao mesmo tempo, apresentem diferenças significativas no que tange às variáveis centrais para a pesquisa.¹⁵ Ou seja, trata-se, conforme Stinchcombe (1978), de se utilizar da estratégia de “analogia profunda”.

O segundo problema apontado pelos críticos de pesquisas comparadas qualitativas

refere-se à seleção da amostra (King, Keohane e Verba, 1994, pp. 144-149). Para Lieberson (1991), a seleção de casos com vistas ao aumento da semelhança da variável dependente inexoravelmente produz distorções nos dados e torna os resultados da análise final enviesados. Embora reconheçam que, no exame de determinados fenômenos sociais, uma seleção aleatória dos dados é impraticável,¹⁶ para Przeworski e Teune, “[n]enhuma pesquisa baseada em um desenho outro que a seleção aleatória multifásica de todos os sistemas sociais permitirá [a elaboração de] generalizações universais” (1970, p. 37). Ou seja, de acordo com esses dois autores, pesquisas calcadas numa seleção não-aleatória da amostra dificilmente contribuirão, de maneira significativa, para a meta de criação de teorias generalizantes.

A independência real dos casos constitui-se em outra das deficiências das pesquisas comparativas qualitativas baseadas em amostras pequenas. Como garantir que a ocorrência do evento investigado ‘X’ nos países B e C não foi influenciada pela ocorrência pioneira do mesmo evento no país A?

A falta de independência entre as observações, conhecida como “problema de Galton” (Przeworski, 1987; Goldthorpe, 1997a; Gerring, 2001), trata da questão da difusão de fenômenos sociais e é particularmente aguda em pesquisas comparativas qualitativas baseadas em pequeno número de casos. No exemplo acima, embora o pesquisador esteja trabalhando com três países, o N (número de casos) de fato pode ser apenas 1 (e o número de graus de liberdade, zero); ou seja, a ausência de independência entre as observações reduz ainda mais o tamanho da amostra (Przeworski e Teune, 1970, p. 52). Torna-se difícil saber se o fenômeno observado resulta de difusão ou de qualquer outro padrão de relações. Em situações como essa,

é fundamental que o pesquisador leve em consideração que pode estar diante de dois fenômenos. A explicação para a ocorrência de 'X' no país A terá que ser diferente da explicação para a ocorrência do mesmo fenômeno em B e C (no caso desses dois últimos países, o efeito de uma variável adicional – a ocorrência pioneira do evento 'X' no país A – terá que ser incluído).¹⁷ De acordo com Goldthorpe (1997a) e Gerring (2001), o “problema de Galton” – originalmente formulado no campo da antropologia para pensar a questão da difusão cultural – é comumente encontrado em análises comparativas de políticas públicas, que enfrentam dificuldades para distinguir se determinadas políticas de alguns países são resultados, por exemplo, da ação de organismos internacionais (como o FMI, a ONU etc.) ou de um conjunto de fatores endógenos.

Uma última limitação de grande porte que acomete as pesquisas comparativas qualitativas baseadas em pequeno número de casos refere-se à questão da relação entre criação e teste de teoria, ou entre “lógica da descoberta” e “lógica da falsificação”. Popper (1975) e King, Keohane e Verba (1994) tratam os dois pólos como atividades ontologicamente distintas – são, além disso, sequenciais. Segundo Goldthorpe (1997b), o problema no caso da tradição de pesquisas comparativas qualitativas é que essas duas atividades aparecem indiferenciadas. De acordo com este autor, “nós [os pesquisadores] devemos sempre *tentar* ser claros sobre quando estamos engajados em uma ou em outra” (*Idem*, p. 125; grifos do autor).

As considerações dos defensores da especificidade das pesquisas comparativas qualitativas baseadas em pequeno número de casos apareceram em um sem-número de artigos e livros. Os principais argumentos são reproduzidos a seguir.

O Problema do Pequeno Número de Casos

Conforme mencionado anteriormente, a própria natureza de alguns fenômenos sociais (como, por exemplo, guerras, revoluções etc.) clama pela realização de estudos que necessariamente se baseiam em pequeno número de casos (Collier, 1993). Além disso, como reconhecem Przeworski e Teune (1970) e Lijphart (1971), muitas vezes, informações importantes sobre o objeto de análise estão indisponíveis – o que dificulta a formação de uma amostra grande – ou simplesmente o pesquisador não dispõe dos recursos necessários para agregar uma grande quantidade de dados.

McKeown (1999) introduz dois outros pontos. Em primeiro lugar, segundo este autor, os críticos dessa tradição de pesquisa – embora não King, Keohane e Verba (1994) – cometem um equívoco ao considerar que um caso seja necessariamente igual a uma observação. O estudo de um determinado país pode gerar diversas observações: por exemplo, em vez de centrar a análise somente no âmbito nacional, duas ou mais cidades, estados, províncias e regiões diferentes podem ser utilizados com o objetivo de ampliar a comparação. Desse modo, nem sempre no estudo de alguns poucos países, o número de graus de liberdade é baixo, conforme alegado.¹⁸

Em segundo lugar, a visão negativa dos estudos de casos advém do fato de seus críticos considerarem que a lógica da inferência causal – processo fundamental na produção do conhecimento científico – é inerentemente estatística. Esse segundo ponto de McKeown talvez consista na mais sólida defesa de análises qualitativas baseadas em amostras pequenas. Segundo ele, é fundamental que os pesquisadores levem em conta que a análise estatística, embora importante,

constitui-se “somente em uma entre várias considerações” (1999, p. 169). Vários outros autores propuseram alternativas à inferência causal estatística que também são profícuas para a meta de produção e acumulação do conhecimento científico.¹⁹

Finalmente, o argumento segundo o qual o pequeno número de casos inviabiliza o exame de teorias rivais (Goldthorpe, 1997a), o que, por sua vez, torna a análise produzida “indeterminada” (King, Keohane, Verba, 1994) é combatido por Rueschemeyer e Stephens (1997). De acordo com esses autores, a importância da pesquisa baseada em um número reduzido de casos reside no fato de que, ao reconstituir as seqüências históricas, o comparativista elimina determinados grupos de causalidades e, ao fazê-lo, fortalece outros, o que lhe permite não só analisar modelos teóricos rivais, mas também invalidar alguns deles. De fato, segundo os defensores dessa tradição de pesquisa, a principal vantagem dessa abordagem consiste em sua capacidade de identificar mecanismos causais essenciais ao entendimento do fenômeno social estudado. Se os mecanismos causais identificados são generalizáveis para outros contextos ou não, isso já é objeto de outra investigação científica, segundo McKeown (1999).

De acordo com Munck (1998), é fundamental enfatizar que as teorias, no caso das análises comparadas, são sensíveis ao contexto dos casos a partir dos quais são produzidas. Ou seja, o fato de serem historicamente situadas impõe limites claros à generalização das considerações teóricas produzidas por esse tipo de análise. A atenção ao contexto, portanto, reduz o potencial para a formulação de proposições “nomotéticas” (na linguagem de Przeworski e Teune, 1970). O argumento de Munck (1998) vai além, no entanto. Para este autor, a tentativa de se generalizar para outros contextos conceitos teóricos produzidos a partir do exame de um contexto

histórico específico pode originar o problema de *conceptual stretching* (Sartori, 1970, 1981, 1991, 1994), isto é, corre-se o risco de tornar as categorias conceituais tão elásticas que elas se tornam pouco explicativas – apesar de serem aplicáveis a múltiplos contextos.

Para Collier (1993), o principal mérito das pesquisas comparativas qualitativas baseadas em amostras pequenas consiste em sua atenção ao detalhe, em sua capacidade de desvendar macroprocessos (Skocpol, 1984a) e, ao mesmo tempo, incorporar e “reservar um papel chave para eventos únicos e contingentes” (Goldstone, 1997, p. 116). Além disso, segundo este último autor, o alto nível de complexidade das análises comparativas qualitativas as tornam, em alguns casos, mais profícuas do que estudos baseados em amostras grandes e que se utilizam de técnicas estatísticas e de uma lógica indutiva, na medida em que as primeiras são melhor equipadas para captar as interações múltiplas próprias aos fenômenos sociais.

O Problema da Seleção dos Casos

De acordo com King, Keohane e Verba (1994), a seleção dos casos deve basear-se na variável independente – a escolha de casos com base na variável dependente ou de casos em que não há variação na variável dependente cria o problema do viés de seleção e torna os resultados da análise inapelavelmente tendenciosos ou imprecisos.

Munck (1998) concorda que todas as tradições de pesquisa devem, na medida do possível, levar em consideração o princípio acima. Ele contra-argumenta, no entanto, que análises calcadas num desenho de pesquisa sem variação na variável dependente (*no-variance design*) são extremamente ricas e importantes para a acumulação do conhecimento nas ciências sociais, uma vez que,

antes de elencar os elementos que explicam a variação de um fenômeno social, é fundamental, em primeiro lugar, entender as razões de sua existência. Portanto, de acordo com Munck (1998), apesar de esses desenhos de pesquisa carecerem de qualquer potencial generalizante (ou seja, as proposições elaboradas são válidas somente no estreito limite dado pelos casos examinados), eles constituem uma etapa importante do processo de investigação científica.

Rogowski (1995) argumenta de maneira similar. Para ele, mesmo o estudo de um único caso pode ser extremamente útil para as ciências sociais. Por exemplo, um estudo de caso que desconfirmasse, de maneira inequívoca, a validade da “lei de ferro da oligarquia” (Michels, 1962) teria um enorme valor científico, apesar de a seleção do caso se basear em uma variável dependente e não haver variação.¹⁰ Ou seja, Rogowski (1995) chama a atenção para o importante papel – negligenciado por King, Keohane e Verba (1994) – exercido por análises baseadas em único caso, mas cujos resultados nos levam inapelavelmente a concluir que determinadas teorias, antes aceitas, precisam ser revistas.

Finalmente, McKeown (1999) aponta para mais uma questão negligenciada por King, Keohane e Verba (1994): eles não mencionam a utilidade e, conseqüentemente, a importância de estudos cujos casos são selecionados em virtude de seus valores considerados “críticos” ou “extremos”. Como assinala Van Evera (1997), quando um pesquisador deseja testar proposições teóricas claramente definidas, em algumas situações, a seleção de um único caso com valor extremo pode ser bastante profícua. Por exemplo, se um estudo da Alemanha (no período de 1939-1945) invalidasse de maneira decisiva a hipótese de que “a participação na guerra causa uma severa diminuição do PIB”, essa

análise – apesar de se basear numa amostra truncada e possivelmente não representativa de toda a população de casos (Collier e Mahoney, 2001) – se constituiria numa importante contribuição científica *em virtude da importância* (ou do valor crítico ou extremo) do caso examinado.

A Independência dos Casos e o Problema da Endogeneidade

O problema de Galton – ou a questão da difusão *versus* independência real dos casos examinados – recebe solução mais adequada em análises comparadas históricas, segundo os praticantes dessa tradição de pesquisa.

De acordo com Rueschemeyer e Stephens (1997), ao reconstituir seqüências históricas, o analista comparativo (com conhecimento detalhado do contexto – que só é possível quando poucos casos são examinados) é perfeitamente capaz de dimensionar e isolar o impacto da difusão sobre o fenômeno social estudado. Por exemplo, em seu estudo sobre a relação entre desenvolvimento capitalista e democracia, Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992) encontraram uma forte associação entre colonização britânica e ocorrência de democracia. A princípio, os autores assumiram estar diante de um fenômeno de difusão: ou seja, a colonização britânica faz com que os órgãos coloniais assimilem a tradição de democracia representativa. O exame de alguns países colonizados pela Grã-Bretanha, no entanto, revelou que a ocorrência de regimes democráticos nesses casos não é uma derivação direta do colonialismo britânico. No caso das Índias Ocidentais, por exemplo, a reconstituição histórica revelou que, na verdade, as elites coloniais foram um óbice e não um estímulo à adoção de instituições representativas (foram contrá-

rias, por exemplo, à extensão do sufrágio). Em outras palavras, não é possível falar em difusão nesse caso específico. Esse exemplo serve para ilustrar que o problema de Galton pode, portanto, ser facilmente contornado: requer apenas que o pesquisador tenha um conhecimento histórico aprofundado dos casos com os quais trabalha.²¹

O problema da validade dos conceitos e das medidas empregadas na comparação também é mais facilmente resolvido por pesquisas qualitativas, segundo Munck (1998), em virtude do conhecimento profundo que os analistas possuem a respeito das sociedades que estudam. Por exemplo, um pesquisador interessado no impacto do prestígio das profissões sobre a mobilidade social no Brasil e no Japão certamente categorizará a profissão de *chef* de maneira diferente (uma vez que essa é uma ocupação altamente prestigiosa na sociedade japonesa). Assim, termos aparentemente equivalentes podem, na verdade, assumir significados bastante distintos. A familiaridade com os contextos societários comparados, portanto, reduz, na ótica de Munck (1998), a probabilidade de elaboração de conceitos ou do uso de medidas não-equivalentes.

Um conhecimento minucioso dos processos históricos vivenciados pelos casos também é fundamental na superação do problema da endogeneidade (questão que ocorre quando a variável independente é consequência e não causa da variável dependente). Para Munck (1998), McKeown (1999) e Rueschemeyer e Stephens (1997), a técnica de "rastreamento de processos" (*process tracing*), sugerida por George e McKeown (1985), permite que o pesquisador resolva elegantemente o problema de endogeneidade. Isso porque a reconstituição metódica da sequência de um processo histórico clarifica inequivocamente a direção da causalidade.

King, Keohane e Verba (1994, p. 86), no entanto, criticam o uso desse procedimento para deslindar a direção da causalidade: segundo eles, na busca de causas e seus efeitos, "esta abordagem rapidamente conduz a uma regressão infinita". Outros autores, como Munck (1998), criticam essa consideração. McKeown (1999), por exemplo, advoga que a utilização da técnica de reconstituição de cadeias causais (*game trees*) próprias à teoria dos jogos consiste num importante mecanismo para lidar com a questão da endogeneidade, sem levar a uma regressão *ad infinitum*, já que o analista decide o limite até o qual o processo precisa ser rastreado.

Portanto, a objeção de King, Keohane e Verba de que a tentativa de descrever os mecanismos causais em uma situação concreta leva a explicações que em princípio são infinitamente longas é irrelevante, uma vez que as explicações não objetivam ser completas, mas meramente responder à questão formulada pelo pesquisador (McKeown, 1999, p. 177).²²

Criação e teste de teoria

Vários autores criticam a separação estrita entre construção e validação de teoria, tal como aparece em trabalhos de inspiração popperiana como os de King, Keohane e Verba (1994) e Goldthorpe (1997a e 1997b). De acordo com Rueschemeyer e Stephens (1997), analistas interessados em desvendar as cadeias causais de um fenômeno social iniciam suas investigações com um conhecimento de explicações teóricas prévias e escolhem casos a respeito dos quais têm um mínimo de familiaridade. Por um lado, é irrealista, de acordo com esses dois autores, "demandar que as hipóteses desenvolvidas em pesquisas qualitativas sejam testadas em casos novos a respeito dos quais não se sabe nada previamente

te” (1997, p. 68). Por outro lado, Rueschemeyer e Stephens consideram um procedimento totalmente legítimo começar a investigação com um modelo teórico rudimentar e refiná-lo no confronto com as evidências concretas. Não se trata de modificar indefinidamente o modelo de modo que ele contemple casos que, a princípio, o contradigam. Pelo contrário, segundo esses autores, trata-se de iniciar a pesquisa com hipóteses simples e de complexificá-las em resposta às características dos casos estudados.

Outros autores também concordam que a lógica da descoberta e da falsificação estão mais interconectadas do que o concedido por trabalhos como King, Keohane e Verba (1994). Para McKeown, “teorias sugerem dados a serem adquiridos, ao mesmo tempo em que dados sugerem teorias a serem investigadas – um não é logicamente anterior ou dependente [da realização] do outro” (1999, p. 176). O processo de pesquisa, de acordo com este autor, deve ser entendido como uma espécie de ciclo entre (re)formulação e avaliação de teoria.

Um outro ponto importante a ser salientado, segundo os defensores das pesquisas comparadas qualitativas, é que a teorização *ad hoc* também acontece em pesquisas quantitativas comparadas baseadas em amostras grandes. Diversas técnicas estatísticas – como, entre outras, a técnica Hendry/LSE e a modelagem que se utiliza do teste de Lagrange (Ramanathan, 1998) – possibilitam que a construção do modelo seja simultânea à análise dos dados. A diferença, de acordo com Rueschemeyer e Stephens (1997, p. 69), é que “a pesquisa é escrita como se isso não acontecesse”.

McKeown (1999) aponta para uma outra dimensão desse debate. Segundo ele, uma das principais deficiências de guias de desenho de pesquisa como King, Keohane e Verba (1994) consiste na grande ênfase conce-

da à problemática de teste de teoria e no conseqüente negligenciamento da questão da construção de teorias, como se “o problema intelectual fundamental enfrentado pela disciplina [ciência política]” fosse a existência de “um imenso acúmulo de teorias atrativas e altamente desenvolvidas à espera de teste” (McKeown, 1999, p. 183). De acordo com essa perspectiva, o teste de hipóteses deve ser visto como uma etapa importante, mas apenas como *uma das etapas* do processo de acumulação do conhecimento científico. Igualmente importante é a identificação de mecanismos causais que possibilite, em primeiro lugar, a construção de teorias – cujas proposições podem ou não ser confirmadas em estudos posteriores.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi salientar que, a despeito da popularização de análises comparativas nas ciências sociais – facilitada, entre outros fatores, pela emergência de certas temáticas que propiciam abordagens comparadas –, há um dissenso considerável no que se refere a questões metodológicas.

Alguns trabalhos, como os de Przeworski e Teune (1970), Lijphart (1971), Gerring (2001), mas sobretudo King, Keohane e Verba (1994), propuseram uma espécie de guia de desenho de pesquisa com o objetivo de fazê-lo balizar o processo de produção e acumulação de conhecimento científico nas ciências sociais. Trata-se, principalmente no caso do último trabalho citado, de uma compilação de princípios de inferência causal que, segundo seus autores, devem ser observados a fim de que pesquisas realmente científicas possam ser elaboradas.

No coração do guia de desenho de pesquisa proposto por King, Keohane e Verba (1994) subjaz a premissa de que a lógica da

inferência causal é fundamentalmente a mesma no interior das ciências sociais. Diversos autores opõem-se a essa idéia fundamental. Para eles, apesar da grande utilidade de muitos dos princípios delineados nesse trabalho, as pesquisas qualitativas (sobretudo as análises comparadas qualitativas) diferem significativamente de pesquisa quantitativas baseadas em amostras grande.

As características que os críticos de pesquisas comparadas qualitativas baseadas em pequeno número de casos vêem como desvantagens e insuficiências são vistas por seus defensores como especificidades. Segundo seus críticos, essa tradição de pesquisa deve ser encarada, na maioria das vezes, como “segunda melhor” estratégia de análise. Seus defensores, no entanto, advogam que a complexidade e causalção múltipla próprias aos fenômenos sociais a tornam mais adequada no tratamento de alguns temas. Há, além disso, segundo esses últimos, outras lógicas de inferência causal nas ciências sociais, além da essencialmente estatística presente em King, Keohane e Verba (1994).

A reconstituição dos principais detalhes

desse debate permitiu a esse artigo delinear os traços primordiais dessas duas tradições de pesquisa no campo da política comparada. Embora as rivalidades e os pontos de contenção tenham sido salientados nesse texto, diversos autores argumentam que ambas as linhas, apesar de suas diferenças, são mais do que conciliáveis. Pelo contrário, segundo eles, boas pesquisas muitas vezes mesclam elementos das duas tradições (Collier, 1993; Coppedge, 1999; Ragin, 1987 e 2000; Ragin e Zaret; 1983; Rueschemeyer e Stephens, 1997).

Segundo Van Evera (1997, p. 55), não há regras predeterminadas para a escolha da metodologia de pesquisa – em muitos casos é decorrência direta da natureza do objeto de investigação e dos dados disponíveis a seu respeito. Para McKeown (1999, p. 169), mais do que um seguidor de regras, o cientista social deve ser visto como um artesão, já que o fundamental na pesquisa em ciências sociais, segundo ele, não é a mera aplicação de parâmetros lógicos preestabelecidos, mas *craftsmanship*: ou seja, a habilidade tanto na tessitura do desenho de pesquisa como em sua realização.

Notas

1. Desde, entre outros, Moore Jr. (1983), Paige (1975), Tilly (1975), Skocpol (1979), até alguns dos mais recentes, como Collier & Collier (1991) Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992), Skocpol (1994) e Przeworski, Cheibub, Alvarez e Limongi (2000).
2. Como ilustração da utilização do método experimental, pensemos, por exemplo, na avaliação do efeito do uso de fertilizantes sobre plantações. O pesquisador teria que trabalhar com, no mínimo, dois lotes diferentes, sendo que apenas um deveria receber a aplicação de fertilizante. Em seguida, teria que controlar o efeito de outras variáveis, tais como a quantidade de irrigação (artificial ou natural), incidência de sol e vento, entre outras.
3. Para trabalhos que descrevem possíveis utilizações do método experimental nas ciências sociais, ver, entre outros, Achen (1986) e Shadish *et al.* (2002).
4. A realização de entrevistas com atores qualificados, a recorrência a *surveys*, a observação participante são ilustrações de tipos diferentes de técnicas de pesquisa. Ou seja, são instrumentos de investigação por meio dos quais é colhida a evidência que dialoga com a teoria (na forma operacionalizada pelas hipóteses elencadas).

5. Assim como o método experimental, os objetivos primordiais do desenho de pesquisa do método comparativo são basicamente dois: (1) a definição, com base num modelo teórico, de variáveis independentes (ou explicativas) operacionalizáveis empiricamente e (2) o controle do impacto de outras variáveis (Lijphart, 1971). Nos desenhos de pesquisa experimentais, o seguro do objetivo é de mais fácil realização.
6. De acordo com LaPalombara (1968), alguns dos principais legados do funcionalismo estrutural consistem nas constatações de que (1) um elemento presente na sociedade 'X' pode adquirir funções totalmente diferenciadas na sociedade 'Y'; (2) os sistemas políticos apresentam grandes variações intra-sistêmicas nos diversos países; (3) os sistemas políticos não podem ser vistos como apenas um conjunto de instituições – os valores e a cultura são parte integrante dos mesmos.
7. De acordo com Ragin e Zaret, enquanto Durkheim privilegia a busca de constantes com o intuito de produzir generalizações ou explicações potencialmente a-históricas, Weber interessa-se por estruturas e processos históricos específicos, em meio à diversidade histórica. Ambos são legatários de tradições diferentes: Durkheim, da concepção positivista de ciência e de sociedade; e Weber, da filosofia da ciência neo-kantiana (Ragin e Zaret, 1983, p. 748).
8. O conjunto de princípios compilados em King, Keohane e Verba (1994) será reconstituído aqui, uma vez que a defesa da especificidade da política comparada qualitativa se baseia na crítica de algumas proposições que, apesar de não serem exclusivas a esse trabalho, aparecem de forma explícita nessa obra.
9. Como reconhecem King, Keohane e Verba (1994), este princípio – de que as hipóteses derivadas de teorias têm que ser operacionalizadas de maneira tal que possam ser testadas e rejeitadas – foi desenvolvido por Popper (1975), para quem a falsificação de teorias consiste numa etapa fundamental da descoberta e do avanço científico. Para King, Keohane e Verba, “nós [os pesquisadores] precisamos ser capazes de dar uma resposta direta à seguinte questão: ‘que evidência nos convenceria de que estamos errados?’ Se não houver resposta para essa questão, então, não temos uma teoria” (1994, p. 19). Para um excelente manual com instruções de como operacionalizar hipóteses de tal forma que elas possam ser sujeitas ao princípio da falsificação, ver Van Evera (1997).
10. Przeworski e Teune (1970) e Lijphart (1971), duas décadas antes, já haviam salientado que a parcimônia é um dos critérios mais importantes para avaliar modelos teóricos nas ciências sociais.
11. Num estudo hipotético sobre o desemprego, poderíamos, a princípio, pensar que a migração intermunicipal de fábricas (variável independente) provoca o aumento dos níveis de desemprego (variável dependente). Em determinadas localidades, no entanto, essa causalidade pode se apresentar de maneira invertida. Em municípios baseados numa economia predominantemente agrária, por exemplo, a perda em grande escala de empregos na agricultura pode levar as pequenas fábricas locais a migrar para outras cidades, uma vez que o desemprego reduz drasticamente o potencial do mercado consumidor local.
12. Por exemplo, observando as cidades A e B, com limites de velocidade 80km/h e 65 km/h, respectivamente, um pesquisador poderia concluir que a menor quantidade de mortes por acidentes de trânsito (variável dependente) no município B é consequência da velocidade

em que os motoristas dirigem (variável independente). Um estudo adicional, no entanto, pode demonstrar que o fato de a cidade B possuir longas e convenientes linhas de metrô (o que diminui os carros em circulação e, conseqüentemente, a quantidade de acidentes fatais) é, na verdade, a variável fundamental na explicação do problema.

13. Um modelo que, por exemplo, explique a preferência partidária pelas variáveis renda e escolaridade (“quanto maiores a renda e o nível de educação formal, maior a probabilidade de um indivíduo desenvolver a preferência por um partido político específico”) pode sofrer de um problema de multicolinearidade, uma vez que, em algumas sociedades, as duas variáveis listadas podem estar perfeitamente correlacionadas.
14. Boa parte da discussão que se segue aplica-se também a pesquisas não-comparativas. Alguns problemas discutidos – como, por exemplo, o viés de seleção e o número de casos – são, no entanto, mais agudos no caso de pesquisas comparativas e, por isso, recebem atenção especial neste texto.
15. Essa estratégia guarda similaridades com os métodos de comparação propostos por John Stuart Mill. Para uma descrição dessa metodologia ver, entre outros, Skocpol e Somers (1980), Skocpol (1984b) e Fernandes (2002). Lieberon (1991 e 1994), Goldstone (1997) e Goldthorpe (1997a), por sua vez, consideram esses métodos inaplicáveis no âmbito das ciências sociais.
16. Como assinala Gerring, a tarefa de assegurar que a amostra seja aleatória (ou “randômica”) não é simples: “Deve-se ter um conhecimento significativo a respeito da população que se está estudando e da relação causal sob investigação para se determinar o que é representativo e o que não é. Além disso, deve-se ter certeza de que foram capturados casos em número suficiente para testar a relação causal de interesse. Se um tipo relevante é raro, mas não obstante interessante para o pesquisador, então pode ser necessário sobre-representá-lo na amostra. A construção de uma amostra aleatória pressupõe uma população grande a partir da qual os casos são selecionados e uma amostra relativamente grande” (2001, p. 182).
17. Whitehead (1993), por exemplo, buscou analisar o impacto do contexto internacional “democratizante” sobre o processo de democratização recente de alguns países.
18. Além disso, de acordo com Goldstone (1997) e McKeown (1999), nem sempre, no estudo de determinados fenômenos, o mero aumento do número de casos – tal como sugerido por Lijphart (1971), Collier (1993), Goldthorpe (1997a) – implica em ganhos explicativos.
19. Alguns exemplos de inferências causais não-estatísticas são, entre outros, a abordagem de “contraste de contextos” (Skocpol, 1984b); “rastreamento de processos” (George e McKeown, 1985); “comparações ordinais”, “comparações nominais”, “comparações no interior dos casos” (Mahoney, 1999 e 2000b).
20. Um dos exemplos utilizados por Rogowski (1995) é o estudo de Allison (1971), cujos resultados forçaram a reconsideração da teoria do Estado como ator racional uno (isto é, não multifacetado).
21. As diferentes visões acerca do papel da história e seus possíveis usos na pesquisa comparativa é extensa demais para ser reproduzida nos limites deste artigo. Ver, entre outros, Amenta

(2003), Aminzade (1992), Boniface e Sharman (2001), Bonnell (1980), Goldstone (1997 e 2003), Goldthorpe (1997b), Hall (2003), Katznelson (2003), Kiser e Hetcher (1991), Mahoney (2000a, 2003), Mahoney e Rueschemeyer (2003), Pierson (2003), Skocpol (1984b, 2003).

22. Para Goldstone (1994 e 1997), uma outra vantagem da metodologia de “rastreamento de processos” consiste no fato de que ela leva em conta a natureza probabilística do comportamento humano no âmbito individual. Isso porque, ao buscar as causas dos fenômenos, o analista pode chegar a reconstituir decisões ou comportamentos individuais que contribuíram para o processo, ou seja, pode ir além do macronível e descrever a importância de uma somatória de ações realizadas na esfera do indivíduo.

Bibliografia

- ACHEN, Christopher. (1986), *The statistical analysis of quasi-experiments*. Berkeley, University of California Press.
- ADCOCK, Robert & COLLIER, David. (2001), “Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research”. *American Political Science Review*, 95 (3): 529-546.
- ALLISON, Graham. (1971), *Essence of decision*. Boston, Little, Brown.
- AMENTA, Edwin. (2003), “What we know about the development of social policy: comparative and historical research in comparative and historical perspective”, in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the Social Sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- AMINZADE, Ronald. (1992), “Historical sociology and time”. *Sociological Methods and Research*, 20 (4): 456-480.
- APTER, David. (1973), “Comparative studies: a review with some projections”, in Ivan Vallier (org.), *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications*, Berkeley, University of California Press.
- ARMER, Michael. (2001), “Methodological problems and possibilities in comparative research”, in Michael Armer e Allen D. Grimshaw, *Comparative social research: methodological problems and strategies*, Nova York, John Wiley.
- BONIFACE, Dexter & SHARMAN, J. C. (2001), “An analytic revolution in comparative politics?”. *Comparative Politics*, 33 (4): 475-493.
- BONNELL, Victoria. (1980), “The uses of theory, concepts and comparison in historical sociology”. *Comparative Study of Society and History*, 22 (2): 156-173.
- COLLIER, David. (1993), “The comparative method”, in Ada W. Finifter, *Political science, the state of the discipline*, Washington D.C., American Political Science Association.
- COLLIER, David & MAHONEY, James. (2001), “Insights and pitfalls: selection bias in qualitative research”. *World Politics*, 49 (1): 56-91.

- COLLIER, Ruth & COLLIER, David. (1991), *Shaping the political arena*. Princeton, Princeton University Press.
- COPPEDGE, Michael. (1999), "Thickening thin concepts and theories: combining large N and small in Comparative Politics", *Comparative Politics*, 31: 465-476.
- DURKHEIM, Émile. (1978a), *As regras do método sociológico*. São Paulo, Nacional.
- _____. (1978b), *Da divisão social do trabalho*. São Paulo, Abril Cultural.
- _____. (1982), *Suicídio: estudo sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1989), *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Paulinas.
- FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. (2002), "Path dependency e estudos históricos comparados". *BIB*, 53: 79-102.
- GEDDES, Barbara. (1990), "How the cases you choose affect the answers you get: selection bias in comparative politics". *Political Analysis*, 2:131-152.
- GEORGE, Alexander & McKEOWN, Timothy. (1985), "Case studies and theories of organizational decision-making", in Robert Coulan e Robert Smith (org.), *Advances in processing in organizations*, Greenwich, Conn., JAI Press.
- GERRING, John. (2001), *Social science methodology: a critical framework*. Nova York, Cambridge University Press.
- GOLDSTONE, Jack A. (2003), "Comparative historical analysis and knowledge accumulation in the study of revolutions", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1994), "Is revolution individually rational?". *Rationality and Society*, 6: 139-166.
- _____. (1997), "Methodological issues in comparative macrosociology". *Comparative Social Research*, 16: 107-120.
- GOLDTHORPE, John H. (1997a), "Current issues in comparative macrosociology". *Comparative Social Research*, 16: 1-26.
- _____. (1997b), "Current issues in comparative macrosociology: a response to the commentaries". *Comparative Social Research*, 16: 121-132.
- HALL, Peter A. (2003), "Aligning ontology and methodology in Comparative Politics", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- HECKSCHER, Gunnar. (1963), "General methodological problems", in Harry Eckstein e David Apter (orgs.), *Comparative politics: a reader*, Londres, The Free Press of Glencoe.
- KALLEBERG, Arthur. (1966), "The logic of comparison: a methodological note on the comparative study of political systems". *World Politics*, 19 (1): 69-82.
- KATZNELSON, Ira. (2003), "Periodization and preferences: reflections on purposive action in Comparative Historical Social Science", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert & VERBA, Sidney. (1994), *Designing social inquiry. Scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- KISER, Edgar & HECHTER, Michael. (1991), "The role of general theory in comparative-historical sociology", *American Journal of Sociology*, 97 (1): 1-30.
- LAPALOMBARA, Joseph. (1968), "Macrotheories and microapplications in comparative politics: a widening chasm". *Comparative Politics*, 1 (1): 52-78.
- LIEBERSON, Stanley. (1985), *Making it count: the improvement of social research and theory*. Berkeley, University of California Press.
- _____. (1991), "Small N's and big conclusions: an examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases". *Social Forces*, 70 (2): 307-320.
- _____. (1994), "More on the uneasy case for using Mill-type methods in small-N comparative studies". *Social Forces*, 72: 1225-1237.
- LIJPHART, Arend. (1971), "Comparative Politics and the comparative method". *American Political Science Review*, 65 (3): 682-693.
- MAHONEY, James. (1999), "Nominal, ordinal, and narrative appraisal in macrocausal analysis". *American Journal of Sociology*, 104 (4), 1154-1196.
- _____. (2000a), "Path dependence in historical sociology". *Theory and Society*, 29: 507-548.
- _____. (2000b), "Strategies of causal inference in small-N analysis". *Sociological Methods and Research*, 28 (4): 387-424.
- _____. (2003), "Strategies of causal assessment in comparative historical analysis", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich. (2003), "Comparative historical analysis: achievements and agendas", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- McKEOWN, Timothy J. (1999), "Case studies and the statistical worldview: Review of King, Keohane, and Verba's 'Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research'". *International Organization*, 53 (1): 161-190.
- MICHELS, Robert. (1962), *Political parties*. Nova York, Collier.
- MOORE Jr., Barrington. (1983), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
- MUNCK, Gerardo L. (1998), "Canons of research design in qualitative analysis". *Studies in Comparative International Development*, 33 (3): 18-45.
- PAIGE, Jeffery. (1975), *Agrarian revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. Nova York, Free Press.
- PARSONS, Talcott. (1951), *The social system*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- PIERSON, Paul. (2003), "Big, slow-moving, and... invisible: macrosocial processes in the study of Comparative Politics", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Com-*

- parative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- POPPER, Karl. (1975), *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix.
- PRZEWOŃSKI, Adam. (1987), "Methods of cross-national research, 1970-1983: an overview", in M. Dierkes (ed.), *Comparative policy research*, Berlin, WZB.
- PRZEWOŃSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio & LIMONGI, Fernando. (2000), *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Nova York, Cambridge University Press.
- PRZEWOŃSKI, Adam & TEUNE, Henry. (1970), *The logic of comparative social inquiry*. Nova York, John Wiley & Sons.
- RAGIN, Charles. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- _____. (2000), *Fuzzy-set social science*. Chicago, University of Chicago Press.
- RAGIN, Charles & ZARET, David. (1983), "Theory and method in comparative research: two strategies". *Social Forces*, 61 (3): 731-754.
- RAMANATHAN, Ramu. (1998), *Introductory econometrics with applications*. Orlando, The Dryden Press.
- ROGOWSKI, Ronald. (1995), "The role of theory and anomaly in social-scientific inference". *American Political Science Review*, 89 (2): 467-470.
- RUESCHEMEYER, Dietrich & STEPHENS, John D. (1997), "Comparing historical sequences – a powerful tool for causal analysis. A reply to John Goldthorpe's 'Current issues in comparative macrosociology'". *Comparative Social Research*, 16: 55-72.
- RUESCHEMEYER, Dietrich, STEPHENS, John D. & STEPHENS, Evelyn. (1992), *Capitalist development and democracy*. Cambridge, Mass./Chicago, Polity Press/Chicago University Press.
- SARTORI, Giovanni. (1970), "Concept misformation in comparative politics". *American Political Science Review*, 64: 1033-1053.
- _____. (1981), *Política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (1991), "Comparing and miscomparing". *Journal of Theoretical Politics*, 36 (1): 85-131.
- _____. (1994), "Compare why and how", in Matei Dogan e A. Kazancigil, *Comparing Nations*, Oxford, Blackwell.
- SHADISH, William et al. (2002), *Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inferences*. Boston, Houghton Mifflin.
- SKOCPOL, Theda. (1979), *States and social revolution: a comparative analysis of France, Russia and China*. Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1984a), "Sociology's historical imagination", in Theda Skocpol (org.), *Vision and method in historical sociology*, Cambridge, MA., Cambridge University Press.
- _____. (1984b), "Emerging agendas and recurrent strategies in historical sociology", in

- Theda Skocpol (org.), *Vision and method in historical sociology*, Cambridge, MA., Cambridge University Press.
- _____. (1994), *Social revolutions in the modern world*. Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (2003), "Doubly engaged social science: the promise of comparative historical analysis", in James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer, *Comparative historical analysis in the social sciences*, Nova York, Cambridge University Press.
- SKOCPOL, Theda & SOMERS, Margaret. (1980), "The uses of comparative history in macrosocial inquiry". *Comparative Study of Society and History*, 22 (2): 174-197.
- STINCHCOMBE, Arthur. (1978), *Theoretical methods in social history*. Nova York, Academic Press.
- TILLY, Charles. (2001), "Mechanisms in political processes". *Annual Review of Political Science*, 4: 21-41.
- _____. (ed.). (1975), *The formation of national states in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.
- VAN EVERA, Stephen. (1997), *Guide to methods for students of political science*. Ithaca, Cornell University Press.
- VERBA, Sidney. (1973), "Cross-national survey research: the problem of credibility", in Ivan Vallier (org.), *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications*, Berkeley, University of California Press.
- WEBER, Max. (1981), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1991), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (1993), *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- WHITEHEAD, Laurence. (1993), "Dimensões internacionais da democratização: um levantamento de alternativas", in Lourdes Sola (ed.), *Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Resumo

Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas

Apesar da popularização dos estudos no campo da política comparada, há um enorme dissenso no que se refere à metodologia de pesquisa. Esse artigo reconstitui os principais pontos do debate que opõe duas correntes fundamentais: por um lado, os comparativistas quantitativos, para quem pesquisas comparativas qualitativas baseadas num pequeno número de casos compõem uma espécie de "segunda melhor" estratégia de pesquisa e, por outro, os comparativistas qualitativos, que advogam que pesquisas qualitativas são mais qualificadas para o entendimento e a apreensão da especificidade e da complexidade próprias aos fenômenos sociais.

Palavras-chaves: Política comparada; Metodologia; Desenhos de pesquisa; Pesquisas qualitativas; Pesquisas quantitativas.

Abstract

Comparative politics: a mapping of the debate between theoretical proposals and alternative research methodologies

Despite the popularization of studies in Comparative Politics, there still exists a considerable dissent in this field when it comes to research methodology. This article reconstitutes the key contentious issues of a debate that opposes two alternative views. On the one hand, there are the quantitative comparativists, to whom qualitative research based upon a small sample is, at best, a “second best” strategy. On the other hand, there are the so-called qualitative comparativists, who advocate that qualitative researches are better equipped to understand and apprehend the specificity and complexity intrinsic to the social phenomena.

Keywords: Comparative politics; Methodology; Research design; Quantitative research; Qualitative research.

Résumé

Politique comparée: identification du débat entre les propositions théoriques et les méthodologies de recherche alternatives

Malgré la popularisation des études dans le domaine de la politique comparée, il existe une énorme dissension en ce qui concerne la méthodologie de recherche. Cet article reconstitue les principaux points du débat qui oppose les deux courants fondamentaux : d'un côté, les comparatistes quantitatifs, pour qui les recherches comparatives et qualitatives fondées sur un petit nombre de cas composent une espèce de “seconde meilleure” stratégie de recherche et, d'un autre, les comparatistes qualitatifs, qui défendent que les recherches sont plus qualifiées pour la compréhension et l'appréhension de la spécificité et de la complexité propres aux phénomènes sociaux.

Mots-clés: Politique comparée; Méthodologie; Dessins de recherche; Recherches qualitatives; Recherches quantitatives.